



PREFEITURA DE
**ARRAIAL
DO CABO**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARRAIAL DO CABO - RJ**

EDITAL Nº 01/2025

**Concurso Público para
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

TARDE

Caderno de Provas

- ◆ **Conhecimentos Específicos**
- ◆ **Português**
- ◆ **Legislação e suas atualizações**
- ◆ **Prova de Redação**



**instituto brasileiro de
administração municipal**

<http://www.ibam-concursos.org.br>

Concurso Público nº 01/2025

Prefeitura Municipal de
Arraial do Cabo - RJ

Ensino Superior Completo
Duração: 4 horas

Você recebeu o seguinte material:

- Um **caderno de prova**, contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C e D**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 20 - Conhecimentos Específicos; 21 a 30 - Português e 31 a 40 - Legislação e suas atualizações**.
- Uma questão da **Prova de Redação**
- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta em letra cursiva, de próprio punho, a seguinte frase:

A nossa independência já chegou

- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado, nem conter qualquer registro

além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.

- É obrigação da pessoa candidata entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade da pessoa candidata.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto:



Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas. Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

A resposta da questão dissertativa deverá ter no **mínimo 25 linhas e no máximo 30 linhas**.

A prova dissertativa deve ser resolvida, com caneta azul ou preta com grafia legível, no verso do cartão-resposta recebido pela pessoa candidata.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita. **Nesse momento será coletada a sua impressão digital.**

Somente será permitido à pessoa candidata levar consigo o caderno de questões a partir dos 30 minutos anteriores ao término das provas.

Será de inteira responsabilidade da pessoa candidata o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase, impressão digital e respostas).

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Segundo o artigo 9º da Lei Brasileira de Inclusão, nos casos de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a pessoa com deficiência:

- A () tem direito a receber atendimento prioritário
- B () tem direito a receber atendimento prioritário, desde que as deficiências sejam muito severas
- C () não tem direito a receber atendimento prioritário, pois isso seria contra a equidade entre os seres humanos
- D () não tem direito a receber atendimento prioritário, exceto nos casos de deficiência intelectual ou sensorial

Questão 02

De acordo com o artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão, incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- A () sistema educacional inclusivo obrigatório no ensino fundamental e no ensino médio, exclusivamente na modalidade regular
- B () sistema educacional inclusivo obrigatório na educação infantil e no ensino fundamental, sendo facultativa a oferta de educação especial nas diferentes modalidades da educação
- C () oferta de educação bilíngue, na modalidade escrita da língua portuguesa como primeira língua e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas
- D () oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas

Questão 03

Historicamente tem havido mudanças no modo como fazemos referência às pessoas com deficiência. O termo “pessoa portadora de deficiência” é o mais comumente empregado na Constituição Federal e reflete um determinado momento histórico. Esse termo tornou-se pouco usual, pois:

- A () significava que as pessoas eram sem valor ou “inválidas”
- B () indica redução da capacidade das pessoas, no sentido de deformidade
- C () foi substituído por um termo mais moderno e adequado, que é “pessoas excepcionais”
- D () na verdade, as deficiências não se portam, não são carregadas como objetos, mas são vivenciadas

Questão 04

Segundo Oliveira *et al* (2019), a partir dos anos 1960, com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 4.024/61 e 5.692/71, foram criados os dispositivos legais que definiram e regulamentaram o atendimento educacional das pessoas com deficiência, sob a ótica de que o direito à educação fosse atendido dentro do sistema de ensino. Esse período é influenciado pelas perspectivas de normalização e integração escolar, inspiradas nos movimentos que ocorriam no contexto internacional, sobretudo nos países escandinavos. O princípio da normalização:

- A () denota um valor essencialmente negativo, que produz incapacidades, limitações, impossibilidades, classificações que se convertem em privações, impedindo a participação das pessoas na vida em sociedade
- B () presume a existência de uma “condição normal” (representada pelo maior percentual de pessoas na curva estatística de normalidade) e uma “condição de desvio”, traduzida por pequenos percentuais de pessoas na mesma curva
- C () constitui um esforço unilateral somente da pessoa com deficiência e de seus aliados (família, instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), obrigando a pessoa com deficiência a tornar-se mais aceitável pela comunidade
- D () procura diminuir a diferença da pessoa com deficiência em relação à maioria da população, por meio da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois parte do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe à aceitação social

Questão 05

A integração foi um importante passo rumo à perspectiva da inclusão. Contudo, a integração apresentava aspectos essencialmente negativos, como a ideia de que:

- A () as crianças com deficiência eram portadoras de patologias, em condição inferior às demais, sem condições reais de aprendizagem
- B () as crianças deveriam ser matriculadas sempre em classes ou escolas especiais, voltadas exclusivamente para estudantes com deficiência
- C () a escola deveria se adaptar aos alunos em suas condições normalizadoras, propiciando o convívio harmonioso de todas as crianças e adolescentes
- D () a escola tinha apenas o papel de permitir o ingresso, ao passo que, ao aluno com deficiência, cabia todo o esforço para atingir os objetivos educacionais traçados pela instituição escolar

Questão 06

À luz do artigo 208 da Constituição Federal e do artigo 4º da LDB 9394/96, o atendimento educacional especializado deverá ser garantido:

- A () exclusivamente na rede regular de ensino
- B () preferencialmente na rede regular de ensino
- C () preferencialmente na rede privada de ensino
- D () exclusivamente em classes e escolas especiais

Questão 07

De acordo com artigo 58 da LDB 9394/96, os educandos com altas habilidades e superdotação:

- A () não constituem o público-alvo da educação especial
- B () também constituem o público-alvo da educação especial
- C () não constituem o público-alvo da educação especial, salvo se forem pessoas com mobilidade reduzida
- D () também constituem o público-alvo da educação especial, desde que também tenham algum tipo de deficiência física

Questão 08

Segundo o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/07/90), “receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente” é de competência:

- A () da escola
- B () do Conselho Tutelar
- C () do Juizado de Menores
- D () da Secretaria Municipal de Educação

Questão 09

O Parecer CNE/CEB 17/2001 adota a perspectiva de que a educação especial é um processo definido em uma determinada proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente com o objetivo de:

- A () apoiar, complementar, suplementar, mas nunca substituir os serviços voltados para o grande público, de modo a garantir a educação escolar e a promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam quaisquer tipos de deficiência
- B () apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços voltados para o grande público, de modo a garantir o desenvolvimento das potencialidades das crianças, dos jovens e dos adultos que apresentam quaisquer tipos de deficiência
- C () apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais
- D () apoiar, complementar, suplementar, mas nunca substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e a promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais

Questão 10

“Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, esse trecho se refere a:

- A () uma competência geral da educação básica
- B () uma competência específica de linguagens e suas tecnologias
- C () uma competência específica de linguagens para o ensino fundamental
- D () um objetivo de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil

Questão 11

Segundo o Plano Municipal de Educação de Arraial do Cabo, a tarefa de aprovar as medidas legais com vistas “à correção de deficiências e distorções” desse documento caberá:

- A () às escolas da rede pública municipal
- B () ao poder Executivo municipal
- C () ao poder Legislativo municipal
- D () à sociedade civil organizada

Questão 12

Uma das atribuições do professor de educação especial da rede pública municipal de Arraial do Cabo é:

- A () responsabilizar-se por toda a documentação da unidade escolar, zelando pela sua legalidade, autenticidade e conservação
- B () realizar atendimentos domiciliares e hospitalares, se for o caso, das pessoas com deficiência, valendo-se dos recursos pedagógicos aplicáveis a cada aluno, visando ao seu desenvolvimento global
- C () identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo dessa modalidade de ensino
- D () elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado para todos os estudantes das redes pública e privada, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade

Questão 13

De acordo com o Decreto nº 6.949, de 15/08/2009, a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluem a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras, são conhecidas como:

- A () acessibilidade
- B () sustentabilidade
- C () conscientização
- D () residência inclusiva

Questão 14

Transtorno específico de aprendizagem que se caracteriza por uma dificuldade persistente no ato motor da escrita, que afeta a legibilidade e a rapidez da caligrafia, independentemente das condições educativas e na ausência de neuropatologia ou perturbação sensório-motora aparente. Trata-se de uma dificuldade relacionada à coordenação motora fina envolvida na escrita à mão, e não a problemas com as regras ortográficas ou linguagem em si. Essa é a caracterização de um distúrbio da aprendizagem denominado:

- A () TDAH
- B () dislexia
- C () disgrafia
- D () discalculia

Questão 15

Refere-se a um conjunto de ajustes que o professor pode fazer nos objetivos pedagógicos constantes de seu plano de ensino de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor pode priorizar determinados objetivos para um aluno, caso essa seja a forma de atender às suas necessidades, investindo mais tempo ou utilizando maior variedade de estratégias pedagógicas na busca de alcançar determinados objetivos, em detrimento de outros, menos necessários.

Esses procedimentos caracterizam o que se conhece como:

- A () desenho universal
- B () tecnologia assistiva
- C () adaptação curricular
- D () comunicação alternativa

Questão 16

Uma determinada cidade brasileira abriu edital para contratação de tradutores e intérpretes de Libras via concurso público. Nesse edital, foi fixado que esses profissionais deveriam apresentar certificado de proficiência na língua brasileira de sinais e, além disso, deveriam ter, no mínimo, ensino fundamental completo. Esse edital está:

- A () adequado, pois segue integralmente a Lei Brasileira de Inclusão
- B () inadequado, pois tradutores e intérpretes devem ter, no mínimo, ensino médio completo
- C () inadequado, pois as Prefeituras não podem contratar esses profissionais por meio de concurso público
- D () inadequado, pois é necessário que tradutores e intérpretes tenham, no mínimo, graduação em Libras

Questão 17

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, é vedado exigir o comparecimento de pessoa com deficiência perante os órgãos públicos quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido. Nessa hipótese, quando for do interesse do poder público:

- A () o agente deverá prestar atendimento on-line à pessoa com deficiência
- B () o agente promoverá o contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência
- C () a pessoa com deficiência deverá receber recursos financeiros que possam custear seu deslocamento
- D () a pessoa com deficiência deverá apresentar solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade

Questão 18

De acordo com o artigo 9º da LDB, será necessário estabelecer diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. Essas diretrizes e procedimentos deverão ser providenciados:

- A () privativamente pela União
- B () privativamente pela União e pelos Estados
- C () pelos Estados, em parceria com o Distrito Federal e os Municípios
- D () pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios

Questão 19

Segundo o artigo 12 da LDB, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm diversas incumbências. Uma delas é a de notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas:

- A () igual ou superior a 10% do percentual permitido em lei
- B () igual ou superior a 15% do percentual permitido em lei
- C () igual ou superior a 20% do percentual permitido em lei
- D () acima de 30% do percentual permitido em lei

Questão 20

Uma das estratégias do Plano Nacional de Educação é promover, no prazo de sua vigência, a universalização do atendimento escolar à demanda manifestada pelas famílias de crianças de:

- A () 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
- B () 0 a 5 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
- C () 0 a 3 anos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, além de atendimento a estudantes com altas habilidades e superdotação em classes especiais
- D () 0 a 5 anos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento, além de atendimento a estudantes com altas habilidades e superdotação em classes especiais

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir, extraído da seção “O que a Folha pensa”:

PJ aquece mercado de trabalho, mas impõe desafios

Folha de São Paulo

Os números do trabalho no Brasil passaram por mudanças relevantes desde a grande recessão de 2014-16, em parte influenciadas pela reforma da CLT aprovada em 2017.

Termos como *terceirização* e *pejotização* entraram no centro dos debates político e econômico. Depois de uma década, o cenário demanda que se discutam regulação do trabalho, impostos e contribuições previdenciárias.

Reportagem nesta Folha apresentou dados — oriundos de pesquisa de Nelson Marconi, da Escola de Administração de São Paulo da FGV — que revelam a redução da parcela dos ocupados em contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ademais, pessoas empregadas por conta própria, segundo a terminologia do IBGE, e com CNPJ têm rendimentos superiores aos daqueles que trabalham nos mesmos setores como celetistas.

Uma pista para explicar tal diferença é o fato de que entre os por conta própria formalizados há pessoas de maior qualificação. A redução do custo tributário e a flexibilidade levaram pessoas a optar por esse regime ou a serem para ele levadas por empresas que as empregavam.

A parcela dos empregados em contratos da CLT era de 39,2% em 2012; chegou ao pico de 41% do total dos ocupados em 2014. A taxa dos que trabalhavam por conta própria flutuou pouco em torno de 22,5% de 2012 a 2014, indo a 24,1% no final de 2016. Atualmente, os celetistas são 38,1%, e os por conta própria, 25,2%.

Note-se que, desde 2019, quase todo o crescimento dos primeiros se deu naquela categoria dos que têm registro de CNPJ, com rendimentos mais altos.

Ainda que possa favorecer trabalhadores, a transformação não deixa de trazer questões problemáticas. Os regimes de tributação do Simples

e do Microempreendedor Individual (MEI), que facilitam ou incentivam a pejotização — tornar-se pessoa jurídica, ou PJ — com isenções fiscais, também provocam a redução da receita de impostos e contribuições previdenciárias.

Por exemplo, em 2012, o gasto tributário com o Simples equivalia a 0,66% do Produto Interno Bruto; em 2025, a 0,98%.

Tais impactos se somam ao envelhecimento da população como motivos de subfinanciamento da Previdência Social. No caso federal, a receita do INSS passou do patamar de 4,7% do PIB na virada do século para uma média de 5,6% entre 2009 e 2024, ora em 5,5%. Já a despesa cresceu de 5,7% do PIB para 8% do PIB hoje.

A correta reforma de 2017 tornou a CLT menos rígida e obsoleta, facilitando a criação de vagas formais. A legislação trabalhista precisa continuar se adaptando às mudanças no mercado, que incluem ainda o emprego por aplicativos. Igualmente, as normas previdenciárias, alteradas em 2019, precisarão de aperfeiçoamento contínuo nos anos por vir.

Recalibrar a tributação de salários e lucros e delimitar o alcance do Simples e do MEI são temas a serem tratados desde já.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2025/08/pj-aquece-mercado-de-trabalho-mas-impoe-desafios.shtml>.

Acesso em 12/08/2025

Questão 21

O texto afirma que “a redução do custo tributário e a flexibilidade levaram pessoas a optar por esse regime ou a serem para ele levadas por empresas que as empregavam” (5º parágrafo). A partir dessa afirmação, é correto concluir que:

- A () a pejotização ocorre apenas em profissões de baixa qualificação
- B () empresas são proibidas de sugerir que seus empregados passem a atuar como PJ
- C () há tanto casos voluntários quanto situações em que empresas induzem a pejotização
- D () a pejotização ocorre exclusivamente por iniciativa do trabalhador que deseja pagar menos impostos

Questão 22

O texto sustenta, de forma implícita, que:

- A () o regime da CLT é suficiente para atender às novas demandas do mercado
- B () o sistema de Previdência Social brasileiro não sofre impacto da pejetização
- C () a pejetização deve ser eliminada, pois representa retrocesso nas relações de trabalho
- D () mudanças na legislação e no sistema tributário são necessárias para equilibrar benefícios e custos da pejetização

Questão 23

O dado sobre o crescimento do gasto tributário com o Simples (de 0,66% do PIB em 2012 para 0,98% em 2025), no 10º parágrafo, é utilizado no texto para:

- A () comprovar que o Simples não contribui para a pejetização
- B () demonstrar que a pejetização é irrelevante para a economia nacional
- C () reforçar a ideia de que regimes tributários especiais impactam as receitas públicas
- D () argumentar que a arrecadação previdenciária aumentou proporcionalmente ao PIB

Questão 24

O texto é de cunho jornalístico e opinativo. Serve para apresentar o posicionamento crítico de determinado grupo sobre os principais assuntos do momento da publicação. Quanto aos gêneros do discurso, é um exemplo de:

- A () notícia
- B () editorial
- C () reportagem
- D () artigo de opinião

Questão 25

No título do texto (“PJ aquece mercado de trabalho, mas impõe desafios”), a vírgula foi empregada para:

- A () apontar a existência de um vocativo
- B () destacar a inversão da ordem natural de uma frase
- C () indicar uma enumeração de expressões não oracionais
- D () separar uma oração coordenada assindética de uma coordenada sindética adversativa

Questão 26

“Os números do trabalho no Brasil passaram por mudanças relevantes desde a grande recessão de 2014-16” (1º parágrafo). Nesse trecho, o verbo em destaque está flexionado no:

- A () pretérito perfeito do indicativo
- B () pretérito imperfeito do indicativo
- C () pretérito imperfeito do subjuntivo
- D () pretérito mais-que-perfeito do indicativo

Questão 27

“Ademais, pessoas empregadas por conta própria, segundo a terminologia do IBGE, e com CNPJ têm rendimentos superiores aos daqueles que trabalham nos mesmos setores como celetistas” (4º parágrafo). À luz da norma-padrão, o trecho destacado poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- A () a quem trabalha
- B () à quem trabalha
- C () à de quem trabalha
- D () aos de quem trabalha

Questão 28

“A redução do custo tributário e a flexibilidade levaram pessoas a optar por esse regime ou a serem para ele levadas por empresas que as empregavam” (5º parágrafo). Nesse trecho, a oração em destaque classifica-se como subordinada:

- A () substantiva completiva nominal
- B () substantiva objetiva indireta
- C () adverbial consecutiva
- D () adverbial condicional

Questão 29

“Ainda que possa favorecer trabalhadores, a transformação não deixa de trazer questões problemáticas” (8º parágrafo). O conectivo em destaque poderia ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- A () embora
- B () quando
- C () por mais que
- D () mesmo quando

Questão 30

“Note-se que, desde 2019, quase todo o crescimento dos primeiros se deu naquela categoria dos que têm registro de CNPJ, com rendimentos mais altos” (7º parágrafo). Nesse trecho, as palavras em destaque são classificadas, respectivamente, como:

- A () conjunção e substantivo
- B () pronome e substantivo
- C () conjunção e adjetivo
- D () pronome e adjetivo

LEGISLAÇÃO E SUAS ATUALIZAÇÕES

Questão 31

A Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo prevê que, na elaboração do Plano Municipal de Educação, em todas as etapas, participarão representantes de sindicato de trabalhadores em educação, dos órgãos colegiados das unidades escolares e de associações comunitárias em prol da definição das prioridades educacionais do Município. A participação desses representantes será em caráter:

- A () consultivo e deliberativo
- B () exclusivamente consultivo
- C () exclusivamente deliberativo
- D () preponderantemente consultivo

Questão 32

Segundo o artigo 230 da Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo, com base na Emenda 09/2021, o Município aplicará, anualmente, uma determinada porcentagem da sua receita, resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Essa porcentagem é de:

- A () 10%
- B () 15%
- C () 20%
- D () 25%

Questão 33

De acordo com o artigo 39 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arraial do Cabo, a passagem do servidor estável de um cargo efetivo para outro de mesma classificação e carga horária, pertencente ou não a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo poder, é denominada:

- A () transferência
- B () readaptação
- C () reintegração
- D () promoção

Questão 34

Em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arraial do Cabo, as diárias concedidas aos servidores são classificadas como um tipo de:

- A () adicional
- B () pró-labore
- C () gratificação
- D () indenização

Questão 35

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, “a educação de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa”. Entende-se EQUIDADE como:

- A () a promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal
- B () a possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses
- C () a importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação
- D () o princípio ético do que é certo e digno nas relações sociais, bem como o funcionamento institucional para assegurar esse ideal, buscando dar a cada indivíduo aquilo que lhe é devido e promovendo a ordem e a paz social

Questão 36

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, “as instituições de educação infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação”, garantindo:

- A () retenção das crianças sem desenvolvimento adequado à idade
- B () uso de instrumentos avaliativos simples, como testes e provas com desenhos e gravuras
- C () utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.)
- D () documentação específica para conhecimento do trabalho na instituição, para uso pedagógico exclusivo das crianças

Questão 37

De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de:

- A () educação infantil e ensino fundamental, exclusivamente públicos
- B () ensino fundamental e ensino médio, públicos e privados
- C () ensino fundamental e ensino médio, exclusivamente públicos
- D () educação infantil e ensino fundamental, públicos e privados

Questão 38

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estado deve garantir educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. Essa garantia aplica-se às instituições:

- A () de educação básica exclusivamente
- B () de ensino fundamental exclusivamente
- C () de educação básica e de ensino superior
- D () de graduação e de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*)

Questão 39

“[...] a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente”. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, esse é um dos principais objetivos:

- A () da educação infantil
- B () do ensino fundamental – anos iniciais
- C () do ensino fundamental – anos finais
- D () do ensino médio

Questão 40

A meta 2 do Plano Municipal de Educação de Arraial do Cabo prevê a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos. Além disso, prevê também a garantia de que uma determinada porcentagem de estudantes conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PME. Essa porcentagem é de:

- A () 100%
- B () pelo menos 95%
- C () pelo menos 90%
- D () pelo menos 85%

Texto de Apoio 01

O PROFESSOR E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

O artigo 3º da LDB, ao definir os princípios da educação nacional, prevê a valorização do profissional da educação escolar. Essa expressão estabelece um amálgama entre o educador e a educação e os adjetiva, depositando foco na educação. Reafirma a ideia de que não há educação escolar sem escola e nem esta sem aquele. O significado de escola aqui traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental. A leitura dos artigos 67 e 13 da mesma Lei permite identificar a necessidade de elo entre o papel do professor, as exigências indicadas para a sua formação, e o seu fazer na escola.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de Educação Básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos estudantes;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade.

onde se vê que a valorização profissional e da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de padrão de qualidade (artigo 4º, inciso IX). Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Professores da Educação (FUNDEB) define critérios para proporcionar aos sistemas educativos e às escolas apoio à valorização dos profissionais da educação. A Resolução CNE/CEB nº 2/2009, baseada no Parecer CNE/CEB nº 9/2009, que trata da carreira docente, é também uma norma que participa do conjunto de referências focadas na valorização dos profissionais da educação, como medida indutora da qualidade do processo educativo. Tanto a valorização profissional do professor quanto a da educação escolar são, portanto, exigências de programas de formação inicial e continuada, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos.

(https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192)

Texto de Apoio 02

FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR EAD DOBRA EM UMA DÉCADA EM MEIO A QUEDA NA QUALIDADE DOS CURSOS

65% dos concluintes em formação inicial docente cursaram EaD.

Levantamento feito pelo Todos Pela Educação mostra que 65% dos concluintes em formação inicial docente cursaram EaD. Notas da maioria das graduações na área vêm caindo no Brasil.

A formação de novos professores a distância mais do que dobrou em uma década, enquanto as notas da maioria dos cursos de graduação na modalidade caíram. Em 2022, **pelo menos seis em cada dez concluintes dos cursos de licenciaturas se formaram pela Educação a Distância** – índice muito acima de outras graduações. Os dados foram consolidados pelo Todos Pela Educação, a partir de análises do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), ambos do Inep.

Novos dados do Censo mostram que **65% dos concluintes cursaram a modalidade a distância** em cursos voltados para formação docente no último ano – crescimento de 119% em comparação com 2012. No mesmo período, a **formação em cursos presenciais caiu de 66% para 35%**.

O levantamento mostra ainda que a qualidade dos cursos de Licenciatura na modalidade EaD vem caindo ao longo dos últimos anos no país. Dos 15 cursos considerados, nove tiveram redução na nota bruta geral média do Enade, além de aumentar a distância entre as médias de quem se formou a distância e de quem fez seu curso presencialmente. São eles: **Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Letras (português), Letras (português e inglês), Música, Pedagogia e Química** (veja ranking abaixo). Também, em 2021, em todos os cursos de formação docente analisados, as notas médias EaD eram menores do que na modalidade presencial.

Nota bruta geral média do Enade de cursos voltados à formação docente, na modalidade a distância:		
Curso de Licenciatura (EaD)	Nota média em 2014	Nota média em 2021
Educação física	43,43	31,28
Química	38,24	34,59
Pedagogia	45,42	34,88
Física	36,31	35,77
Ciências biológicas	39,4	38,98
Música	45,65	39,01
Letras: português e inglês	42,3	39,1
Letras: português	39,55	39,39
Artes visuais	40,27	40,05

Fonte: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)/Inep/MEC. Elaboração: Todos Pela Educação.

(<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-de-professores-ead/>)

PROPOSTA DE REDAÇÃO NÍVEL SUPERIOR - TURNO DA TARDE

Com base no marco legal apresentado, que aborda as diretrizes para a valorização do profissional da educação, e na reportagem do site “Todos pela Educação”, que apresenta dados sobre o crescimento do ensino a distância, no Brasil, e suas repercussões, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre a qualidade da formação docente e seu impacto na Educação Básica, bem como sobre os desafios e as contradições entre a valorização do professor e a expansão do ensino a distância. Considere a contradição entre a valorização do professor como princípio da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a queda na qualidade dos cursos de formação docente a distância, além do impacto na formação de professores. Leve em conta também o papel do professor do Ensino Fundamental como agente de transformação e garantidor da qualidade da educação, diante dos desafios atuais da sua formação.

Para elaboração da produção textual, devem ser obedecidas às regras a seguir:

1. Ser um texto dissertativo.
2. Apresentar entre 25 e 30 linhas.
3. Estar escrito segundo a norma culta vigente da Língua Portuguesa.
4. Utilizar os elementos coesivos exigidos pelo tipo textual, de forma a contribuir para a construção das relações textuais e de sentido do texto.
5. Não infringir a lei em vigor no país.

RASCUNHO DE PREENCHIMENTO FACULTATIVO. CASO UTILIZE ESSE ESPAÇO, NÃO SE ESQUEÇA DE PASSAR SUA RESPOSTA PARA O VERSO DO CARTÃO-RESPOSTA.